

Entorno Estratégico e Segurança nas Fronteiras

Raphael Camargo Lima*

Relatoria da Mesa Redonda ocorrida no dia 20/9, das 14h às 16h40, tendo como presidente o TC Oscar Medeiros Filho (CEEEx), como moderador Cel R1 Mário Giussepp Santezzi Bertotelli Andreuzza (NEE/CMS) e como painelistas: Prof. Dr. Samuel Alves Soares (UNESP), Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini (UFRGS), o General de Brigada R1 Luiz Eduardo Rocha Paiva, Contra-Almirante André Novis Montenegro (SubChefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada – EMA)

EMENTA ORIGINAL DA MESA REDONDA

A América do Sul, junto ao Atlântico Sul, aos países da costa ocidental africana e à Antártica, compõem o entorno estratégico brasileiro e, portanto, constitui área de interesse prioritário para a defesa e a segurança nacional. Ao longo de mais de 15 mil km, o Brasil compartilha fronteiras terrestres com países sul-americanos, por onde transitam pessoas, mercadorias e bens, mas também o ilícito e as atividades criminosas transnacionais. Além disso, o país dispõe de mais de 7 mil km de fronteiras marítimas, o que lhe impõe a necessidade de controle e vigilância desse espaço estratégico em termos de comércio e riquezas naturais. O avanço da cooperação nas últimas décadas ampliou o grau de porosidade e permeabilidade dessas fronteiras. Tal cenário impõe também aos países fronteiriços maiores preocupações com a segurança nas fronteiras, o que demanda, por sua vez, a ampliação de atividades de vigilância e de atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública. Considerando tal cenário, a presente mesa visa a discutir as ameaças, as vulnerabilidades e as oportunidades de cooperação regional com base na ideia de segurança “nas” fronteiras.

Palavras-chave: América do Sul; Segurança regional; Defesa; Fronteiras.

* Coordenador de Pesquisa do Núcleo de Estudos Prospectivos do CEEEx. Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/ UNICAMP/PUC-SP). Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP.

1. Exposições

Prof. Dr. Samuel Alves Soares

O professor iniciou sua exposição reconhecendo *uma mudança e um processo* em curso. Apontou que, anteriormente, havia uma resistência no âmbito acadêmico em se debater temas de defesa, mas que, atualmente, o quadro alterou-se de modo significativo. Segundo ele, “hoje já há estudantes de graduação se dedicando a essa temática”. Em sua visão, houve um papel fundamental dos projetos de financiamento e da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

Sua apresentação baseou-se em três eixos: (1) Entorno Estratégico; (2) questões que direcionam os documentos normativos de Defesa; e (3) elementos para o debate. Pretendendo apontar a necessidade de algumas “reversões de processos”, partiu de uma pergunta geral: “em que medida determinados pressupostos se articulam com a posição brasileira no passado, no presente e no futuro?”/ “qual é a posição brasileira no sistema internacional, considerando as especificidade de um país ‘do Sul global?’”. Adotou, assim, um pressuposto teórico de que o Brasil pertence ao grupo do “Sul Global”.

Analisou a questão a partir de dois marcos: (a) estrutural e estruturante e (b) conjuntural. O primeiro é o “quadro das emergências”, ideia proposta pelo Professor e Embaixador argentino Ernesto Lopez. Dele, há duas considerações mais gerais. Uma delas é a de que vivemos sob novas condições econômicas, políticas e sociais marcadas pelo colapso, urgência e convulsão. Consequentemente, há um caráter de “arbitrio” e “peremptoriedade” nas decisões, no qual a exigência da emergência leva à tomada de decisões, que acabam por ter caráter permanente com amplos impactos no médio e longo prazo. Por outro lado, há o surgimento de novos protagonistas, resultado

do avanço tecnológico e mudanças sociais na cena internacional.

O segundo marco é o “quadro da dependência” (perspectiva de centro-periferia, norte-sul etc), no qual há uma relação de subordinação entre nações, que formalmente são apresentadas como iguais. Em sua leitura, não há uma igualdade, mas sim uma “hierarquia de poder no sistema internacional”, o que leva aos países do Sul a terem muitas dificuldades de superar os obstáculos que os deixam fora da tomada de decisão. No campo da Segurança Internacional e da Defesa, essa dependência está além do “gap tecnológico” indicado pelos documentos de defesa brasileiros, pois há condicionantes de definições doutrinárias, de meios, definições de força, delineamentos de ameaças apresentadas pelas potências para que se tenha acesso tecnológico. Em suma, “importamos matrizes teóricas e conceituais que foram desenvolvidas alhures”. Segundo ele, destacar isso não significa descartar o que foi produzido, mas, sim considerar em que medida o que ouvimos de fora nos ajuda.

Partindo para a parte mais substantiva, apontou que a ação externa tem duas gramáticas: (a) diplomática e (b) estratégica. Na gestão dessas gramáticas no Brasil, nem sempre há uma ampla integração (ex. conceito de “destino das paralelas” por Héctor Saint-Pierre). No Brasil, há dois pilares que conduzem a política externa: a autonomia e o desenvolvimento. Um dos pilares do desenvolvimento é o crescimento (mas não necessariamente indica que haverá desenvolvimento). Analisando-se a história do País, em dois períodos de grande crescimento econômico, pode-se gerar uma “euforia” (sentido patológico), como momento de exaltação, e, conseqüentemente, configuram-se planos e projetos que logo demonstram ser excessivos. Logo na seqüência da “euforia” surge a prostração pela incapacidade de se

seguir com os projetos. Apresenta o argumento de que “uma política de potência é uma alternativa exclusiva para o país” é, no entendimento do palestrante, insuficiente. No país, não se questiona essa “política de potência”.

Consequentemente, nossos documentos de defesa apresentam um movimento em relação ao “entorno estratégico”. Com relação à América do Sul, ora apresenta “centripetação” (aproximação da região), ora “centrifugação” (afastamento da região). O problema é que esses movimentos não são definidos e acertados com “antecipação” e tendem a apresentar sinais trocados para os países sul-americanos, que tentam entender para onde caminha o Brasil. A relação com os Estados Unidos na região também contribui, pois ora é um polo de atração, ora de repulsão da ação externa brasileira. Nesse sentido, o professor expõe que, nos documentos, a América do Sul é apresentada como uma região pacífica e distante dos conflitos armados tradicionais. A principal preocupação nesses documentos brasileiros é a perspectiva da “Estabilidade” e “Instabilidade” na região; porém, não se emprega peso suficiente a questões militares tradicionais de grandes potências no “entorno estratégico”, como a presença de duas potências nucleares na América do Sul e no Atlântico Sul (França e Reino Unido), considerando a presença da IV Frota (Estados Unidos). Uma das possibilidades no início no século XXI para tratar dessa questão foi a construção da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) como mecanismos de cooperação dissuasória.

Ao analisarmos o “roque brasileiro entre a América do Sul e as potências”, há uma dubiedade do Brasil ao liderar a iniciativa do CDS. De um lado, no nível internacional, o País se alinha com a concepção argentina de clara separação entre

“segurança” e “defesa”. De outro, no nível doméstico, o Brasil acata a perspectiva da “segurança multidimensional”, permeada em parte pela agenda dos Estados Unidos de “guerra às drogas”. Atualmente, por exemplo, quando o Brasil emprega as Forças Armadas em operações na fronteira contra o narcotráfico (Operações Ágata), no âmbito da “Lei do Abate” ou em segurança pública pela Garantia da Lei e da Ordem (GLO), acata-se, de certo modo, a uma agenda de “emprego multipropósito dos militares” apresentada pelos EUA nos anos 1990. As consequências são duas fragilidades: (1) Democrática: o Estado emprega as Forças Armadas em segurança pública por se encontrar em um quadro trágico de segurança pública e pela necessidade da “emergência” – e isso significa utilizar o “máximo da força do Estado” contra cidadãos, que não são “inimigos a serem eliminados” (seara da guerra), mas sim “foras da lei” (seara da justiça); (2) Estratégica: fragiliza nosso aparato de Força. Em suma, o professor defende que ao se somarem todos esses elementos, a nossa situação de dependência apenas se amplia em relação aos países desenvolvidos.

Gen Bda R1 Luiz Eduardo Rocha Paiva

O General iniciou sua exposição apresentando a extensão das fronteiras terrestres, marítimas e aeroespaciais do Brasil. Considerando a ementa, o general buscou focar a apresentação em Segurança Pública, uma missão subsidiária das Forças Armadas. Expôs que o tamanho e a diversidade das fronteiras brasileiras são uma dificuldade para o País. Em sua leitura, as fronteiras são um ponto crítico da segurança pública, mas é impossível controlar totalmente essas regiões. Apresentou os pelotões de fronteira e as

distâncias entre eles, destacando as dificuldades de deslocamento e controle nessas áreas.

O palestrante afirmou que as vulnerabilidades da segurança pública do país são as seguintes: (1) expansão do consumo de drogas, que garante o mercado; (2) crise de valores, na família e na convivência social; (3) ausência do Estado, tanto na falta de apoio social, quanto na segurança pública; (4) baixo crescimento econômico, com desemprego; (5) urbanização caótica; (6) falta de cooperação internacional; (7) idealismo ingênuo que predomina sobre o realismo ético; (8) falta de vontade política da liderança e da sociedade; (9) fraco controle das movimentações financeiras (COAF); (10) impunidade, que leva à corrupção e facilita a violência; (11) justiça lenta e leniente, com um sistema político ineficaz; (12) ideologização do tema, que dificulta políticas realistas; (13) polícias politizadas, infiltradas, mal integradas, com rivalidades, mal pagas, mal adestradas, debilitada moral e profissionalmente.

O painelista apontou que as organizações criminosas violentas em âmbito nacional e regional são o PCC e o Comando Vermelho, fundamentalmente. Existem organizações criminosas do tipo “máfia” com lideranças em altos escalões da política, dos partidos, dos empresários etc, cujo combate deve ser por um modelo do tipo “operação Lava Jato”. As principais ameaças à segurança pública, em sua concepção, são: (1) poder político, econômico e tecnológico das organizações criminosas; (2) poder bélico do braço armado; (3) anomia das áreas controladas; (4) financiamento de políticos; (5) ligações internacionais das organizações criminosas. Na leitura do General, “o Brasil deixou o problema de Segurança Pública virar uma grave ameaça”. Tornando-se “ameaça”, trazem as Forças Armadas, contra sua atividade principal.

As organizações praticam crimes violentos, tráfico de drogas, contrabando de armas, sequestros, atividades ilegais; e possuem contextos internacionais, ligações com terrorismo e guerrilhas, partidos políticos, judiciários, ONGs, militares e empresários. O painelista apresentou áreas de disputa e de domínio de PCC e Comando Vermelho. Expôs que essas organizações possuem uma estrutura bastante organizada. O general defende que o problema da segurança pública e o combate às organizações criminosas não são mais “algo normal”. Em sua visão, não é possível combater as organizações criminosas dentro da “normalidade”, ainda que seja dentro da “legalidade”. Propõe usar a “legalidade” para atuar na “anormalidade”, permitindo um endurecimento de rigor. As principais ações seriam: (1) endurecer a lei sobre organizações criminosas, tendo uma justiça ágil e rigorosa (principalmente abandonando *habeas corpus*); (2) ter ações nos moldes da Operação Lava Jato; (3) Desenvolver presídios especiais de “segurança máxima” para líderes separados; (4) os alvos devem ser a liderança, a estrutura de gestão, o braço armado e os apoios; (5) atuação da inteligência (lideranças e apoios logístico, financeiro e político); (6) operações com forças tarefas dos órgãos de segurança pública e eventualmente com grupos especiais das Forças Armadas (ou tropas).

Em suas considerações finais, o General apontou que as organizações criminosas já usam a tecnologia. Defende que “o Brasil corre o risco de se tornar um Estado falido”. Por fim, disse que o Plano Nacional de Segurança Pública atua nas consequências e não nas causas dos problemas. Sobre defesa nacional, o painelista afirmou que se deve saber quais são os “interesses vitais” do país, quais são as “ameaças”, quais potências que se podem inserir no país e, por fim, devem existir projetos de vigilância e de defesa de

longo prazo, que demandam uma indústria de defesa nacional.

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

O professor iniciou apontando que, nos últimos anos, um dos poucos aspectos positivos tem sido a interação entre a Academia e os “operadores da defesa nacional” no Brasil. De um lado, as discussões da Academia detinham um tom muito normativo e, atualmente, isso tem mudado. Por outro lado, os operadores da Defesa ainda têm uma visão maniqueísta da Guerra Fria e, fora das dicotomias e estereótipos da tensão bipolar, têm dificuldades de compreender o mundo. Na leitura do painelista, esses “erros de interpretações” podem ser fatais no mundo atual. Desse modo, reforça que tem se colocado à disposição e se esforçado para auxiliar os operadores de defesa a compreenderem as mudanças rápidas do mundo. Aponta que a globalização acabou com as distâncias entre problemas do mundo e, conseqüentemente, o Brasil não está mais distante dos grandes conflitos e questões.

O painelista destaca que não existe vácuo de poder, pois quando um ator perde ou “renuncia” ao poder, este espaço será ocupado. Desse modo, vê com preocupação a renúncia do Brasil de fazer política externa para a região, pois o País está dentro da América do Sul e assim continuará. Tem ouvido comentários preocupantes como: “a integração sul-americana não vale a pena e o Brasil deve estudar caso a caso a partir de um cálculo de custo-benefício”. Portanto, preocupa-se com as mudanças de visão de governo a governo e com a inexistência de uma visão de Estado. Se o Brasil não investir em seu entorno estratégico, como a integração sul-americana e a cooperação com a África meridional, outros países não o farão e,

conseqüentemente, a divisão política da região interessará a outros Estados. Argumentou que os países menores se aliam facilmente com grandes potências como forma de balanceamento contra as potências médias. Nesse sentido, é importante uma postura assertiva brasileira no desenho da integração e cooperação.

Em uma segunda etapa da exposição, o painelista analisou cada um dos casos dos países limítrofes brasileiros na América do Sul. Primeiramente, sobre Argentina e Uruguai, destacou que atualmente o principal problema desses Estados não é mais sua força, mas sim o enfraquecimento de ambos. Sobre o caso do Chile, destacou que é uma potência bioceânica, controlando a passagem dos dois oceanos, com Forças Armadas bastante expressivas. Com relação ao Paraguai e a Bolívia, para um deles o Brasil adotou uma postura assertiva, enquanto com o outro, que deveria ter feito, não o fez. No caso paraguaio, desde a balança de poder com a Argentina, o Brasil tem tido uma permanente presença no país. No tocante ao caso boliviano, a atuação do Brasil está “atrasada” por razões de política interna. Há uma complementariedade econômica clara entre os dois países e um interesse geopolítico, identificada pelos pensadores da geopolítica brasileira, mas, ainda assim, os governos brasileiros não investiram nessa relação. O Peru e a Colômbia são países que trazem questões curiosas. As informações na imprensa brasileira sobre o caso peruano é que tudo está evoluindo bem, o país está crescendo economicamente. Todavia, o país tem sido utilizado para interesses externos, como a Aliança do Pacífico e o TPP (*Trans-Pacific Partnership*). Em relação ao caso colombiano, por sua vez, também há a ideia de que a renúncia à luta armada das FARC já teria resolvido os problemas. Entretanto, ocorre um remanejamento da realidade da criminalidade em diversos níveis. Com

relação ao discurso do terrorismo no país, precisa-se saber a profundidade efetiva disso, pois há muitos interesses de grandes potências de que o conceito de terrorismo seja adotado por países em desenvolvimento. Com relação à Venezuela, o país é um exemplo de disputa extremada na sociedade. As divisões venezuelanas não se iniciaram no governo Chávez, já haviam fragmentações no país desde a década de 1990. Há uma tentativa de “ideologizar” a disputa no país como se não houvessem problemas anteriormente, que se apresenta como um risco para a coesão social e estabilidade regional. Sobre a Guiana e Suriname, o painalista defende que são países fracos, vítimas de grandes potências e organizações internacionais. Não são capazes de se voltar para o Sul porque sofrem muitas pressões externas. o caso da Guiana Francesa é interessante, pois, como as Malvinas, remete a uma presença direta de uma potência europeia na América do Sul.

Em sua conclusão, apontou que é necessário ter integração e cooperação com os países vizinhos. É importante continuar a cooperar em diversos níveis, mantendo o diálogo político. Faz-se mister também obter inteligência para entender o que se passa no interior dos países vizinhos. Por fim, apontou que é importante encerrar um *wishful thinking*. Daí é importante fazer uma análise nossa sobre essas questões e não transpormos cenários e visões de outras potências para o Brasil. Sobre a questão de fronteiras, defendeu que é necessário realizar estudos comparados com países de dimensões continentais similares ao Brasil de modo a compreender como controlam suas regiões fronteiriças. Defende que as Forças Armadas devem evitar de ser tornar polícias, pois isso reflete a interesses externos, mas seria interessante pensarmos em novas forças para o controle de fronteiras.

C Alte André Novis Montenegro

A apresentação do Contra-Almirante teve um caráter bastante institucional, expondo o papel e a atuação da Marinha no entorno estratégico brasileiro. Dividiu sua apresentação entre: (1) Entorno Estratégico; (2) Segurança Marítima; e (3) Defesa da Fronteira Marítima. Na primeira seção, iniciou diferenciando o conceito de segurança e defesa, de acordo com a Política Nacional de Defesa. Apresentou a extensão das fronteiras marítimas do Brasil e a necessidade de construção de uma “mentalidade marítima” no País. O Contra-Almirante expôs o papel que a Marinha tem nas relações com os países africanos, principalmente, contribuindo para fortalecer suas forças navais. Apresentou a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), a Plataforma Continental do país e o pleito brasileiro de extensão de sua Plataforma Continental.

Sobre Segurança Marítima, o painalista apresentou como principais ameaças do Atlântico Sul: pirataria, navegação ilegal, narcotráfico, tráfico de armas, dentre outros ilícitos. Para lidar com essas questões, o Brasil atua bilateralmente com algumas Marinhas do Atlântico Sul e participa de organizações internacionais: (1) ONU e operações de paz; (2) OEA; (3) Unasul/CDS; (4) ZOPACAS; (5) Comunidade de Países de Língua Portuguesa. No nível da cooperação, o painalista expôs algumas operações com outros países – como a Fraterno, Acrux, Atlasur, Ibsamar, Obangame Express e Felino – e as missões navais da Marinha (Namíbia, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe). O Contra-Almirante apontou que o relacionamento internacional entre Marinhas é uma constante, independentemente dos governos dos países com os quais se relacionam. Destacou a necessidade de uma “consciência situacional marítima”, ou seja, a compreensão do que está

associado ao meio marítimo que pode causar impacto na segurança, defesa, economia e meio ambiente do entorno estratégico. Por fim, expôs o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que, devido a contingenciamentos, tem sido reestruturado.

Sobre Defesa na Fronteira Marítima, o Contra-Almirante apresentou as missões da Marinha. Destacou que a Força tem muitas atividades subsidiárias, dentre elas, a função de guarda-costeira. Expôs que tem a missão de preparar e empregar o Poder Naval, GLO, atividades subsidiárias e apoio à política externa. O palestrante apresentou as características do Poder Naval (mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade) e a organização da Marinha do Brasil, os distritos navais e as operações conjuntas (Operação Amazônia, Operação Atlântico III, Operação Ágata). Apontou que a “Marinha possui ‘três Forças Armadas em uma’”, algo que possui um custo, por ter “aviões/ helicópteros, navios e infantaria”.

Como conclusão, o painelistas defendeu que o Brasil precisa de Forças Armadas fortes com ampla capacidade de dissuasão. Daí entende que é importante uma Marinha modernizada e capaz de defender as riquezas brasileiras. Argumenta, portanto, que não se precisa ter a Marinha ideal (pois até os EUA debatem os altos custos do equipamento naval), mas “uma possível” para cumprir as missões constitucionais.

2. Apontamentos sobre os debates

Primeira rodada de perguntas:

1. Como conciliar a estratégia da dissuasão, a estratégia de cooperação, a estratégia da presença e as operações de GLO (dilema da defesa)?

2. Como analisam a crise na Venezuela e a imigração ilegal para o Brasil?
3. Nos 25 anos de Mercosul, Unasul e outras iniciativas, o Brasil não conseguiu estabelecer uma integração e cooperação estável com seus vizinhos. O que os senhores acham sobre isso?
4. Qual é o maior problema da Segurança Nacional com relação aos nossos vizinhos face aos conflitos possíveis na América do Sul?

Prof. Samuel Soares

Aborda a primeira pergunta a partir de uma determinada perspectiva. Destaca que “com quem se coopera não se dissuade”. A perspectiva dentro do CDS era de uma posição dissuasória regional, na qual haveria uma dissuasão externa conjunta. Aponta que os documentos podem ser interpretados de formas diferentes ao longo do tempo. Por exemplo, quando o Art. 142 foi debatido na Constituinte de 1988, o conceito de GLO não era a perspectiva atual, mas sim “a garantia do sistema político de manter o seu *status quo*”. Quando uma outra perspectiva foi apresentada, ela foi prontamente barrada pelo chamado “centrão”. A consequência atual é que há um deslizamento jurídico do Art. 142 para o Art. 144. Em seu entendimento, há um equívoco na Constituição Brasileira, que gera uma “fragilização da Defesa”. Os Poderes Constitucionais são indicados pela Lei Complementar 136/2010 como o Presidente da República. Muitos entendem como “poderes constituídos”, que é uma referência à constituição de 1967, ainda sob o período autoritário. Sobre a perspectiva regional, nossos vizinhos não mudarão ao longo do tempo. Por isso, o que se for possível avançar, que se faça. Nota que é interessante observar que iniciativas de Estado são continuadas,

como o CAD-Sul, o CEED, os mecanismos de cooperação bilateral etc. Sobre os conflitos na região, eles não são latentes ainda. Apontou que problemas como o de imigração ocorrem no mundo todo e não tem solução fácil. Todavia, destacou novamente que as soluções emergenciais têm um custo no médio e longo prazo. Apresentou que estudos sustentam o exemplo sobre o quanto o problema das drogas piorou quando foi “declarado como uma guerra”. Também referenciou a entrevista do Comandante do Exército, na qual disse que “se iludem os que pensam que o envolvimento das Forças Armadas na segurança pública solucionará o problema”. Daí destacou que a solução mexicana não resolveu o problema.

Gen Rocha Paiva

Apontou que a solução mexicana não resolve o problema, mas ponderou que se não forem tomadas medidas drásticas no combate à criminalidade, ela irá aumentar. Sobre a dissuasão extra regional, argumentou que no momento que o Estado adota políticas que garantem essa dissuasão, não precisará se preocupar com isso, pois a extra regional ocorrerá naturalmente. Sobre a cooperação, o painelistas entende que ela é uma forma de dissuasão. Em sua visão, há como se desenvolver meios de presença, dissuasão e cooperação em cada uma das regiões como meios complementares. Sobre a crise na Venezuela, é um problema diplomático. O Brasil deverá adotar políticas para agregar esse pessoal. Apontou que a tendência da população brasileira é de decadência, daí a imigração pode ser estratégica para repor o crescimento populacional em caráter descendente. O único problema desse processo é uma possível perda de identidade nacional. Para o Brasil, entende que assimilar os migrantes seria muito benigno. Sobre o Mercosul, apresentou que o aspecto político-militar da cooperação estão bem.

Prof. Paulo Visentini

Alinha-se com as respostas do Samuel Soares sobre a dissuasão extrarregional. Apontou que 55% da população mundial mora na região asiática, em especial, o papel da China na região. Nesse sentido, defende que quando pensamos em nossos recursos naturais, precisamos pensar em um mundo que demanda cada vez mais recursos. Dessa forma, a preocupação com a dissuasão extrarregional não deve ser apenas em potências emergentes, mas também em potências declinantes que podem buscar assegurar sua posição em detrimento de sua periferia. Retomou a apresentação do Contra-Almirante apontou que não é preciso uma Marinha ideal, basta que tenhamos Forças Armadas organizadas e uma cooperação significativa com os países da região, que já faremos os predadores externos pensarem duas vezes antes de realizar uma investida contra o entorno estratégico brasileiro. Sobre a Venezuela, apontou que a população encontra-se principalmente no norte. Entende que há um problema lá, mas que é ampliado demais. Nas relações com o país, o que surpreende é a dificuldade de infraestrutura do norte de Roraima, região totalmente dependente do lado venezuelano. Nesse sentido, argumenta que o caso da Venezuela mostra que se não houver uma negociação entre os dois lados, sem se preocupar com quem está certo e errado. Por isso, a diplomacia por meio de elementos como a IIRSA, Mercosul, Unasul deve ter um papel. Não são ferramentas excludentes, mas sim meios complementares que são criados ao longo do tempo para lidar com crises. Exemplos da invasão do Equador pela Colômbia e a atuação da Venezuela; e da crise de Pando, na Bolívia, na qual se evitou uma guerra civil pelos mecanismos regionais da Unasul.

C Alte André Novis Montenegro

Inicia apontando que acredita que pode haver dissuasão apesar da presença e da cooperação. O exemplo é o relacionamento entre as Marinhas, pois a partir do momento que há intercâmbios entre elas, uma delas reconhece que a outra tem essas capacidades. Um elemento importante é o Planejamento baseado em Capacidades, elaborado pelo Ministério da Defesa, que busca empregar os recursos de forma mais racional.

Segunda rodada de perguntas:

1. Já houve um sistema similar ao SISFRON anteriormente?
2. Qual a necessidade da Marinha com relação a meios e equipamentos para a proteção das fronteiras marítimas no Atlântico Sul?
3. Comentários sobre o emprego das Forças Armadas em GLO, em especial no Rio de Janeiro.
4. Qual é a relação do Brasil com o Chile, em especial, sobre a Antártida?
5. Qual é a relação do Brasil com a Interpol e as cooperações em inteligência do país?

Prof. Samuel Soares

Trata apenas de uma pergunta apresentada diretamente a ele na mesa: “Quais seriam os entraves para um modelo mais próprio para pensar a Segurança e a Defesa mais adequado à nossa realidade?”. Sobre isso, existem algumas iniciativas, como o Pró-Estratégia (da antiga SAE/PR) e o Pró-Defesa (do MD). Nesses projetos, são articuladas universidades e militares. Aponta que não há como chegar a essa resposta sem pesquisas e sem recursos não há pesquisa. Porém, antes de mais nada, argumenta que “a ontologia da defesa é o

campo internacional”. Ou seja, quando se olha a defesa se olha o mundo e não o ambiente interno. Seria interessante começarmos a sistematizar para que passemos a considerar “uma escola de pensamento brasileira em Relações Internacionais”.

Gen Bda R1 Rocha Paiva

O SISFRON possui uma dupla missão: (1) vigilância da fronteira; (2) muitos países vizinhos se interessam por participar, podendo ser um instrumento de cooperação também. O sistema, como o SISDABRA e o SISGAAAZ, pode apoiar a segurança pública e a defesa da pátria. Já havia, anteriormente, o SIVAM, focado na região Amazônica. Sobre o equipamento, argumenta que esses sistemas deveriam ter começado de forma já integrada; e não começar de forma separada; para só depois se buscar a integração. Sobre GLO, ressaltou a falta de vontade política, pois o governador receia dizer que “não tem mais capacidade de controlar a segurança política”. Da parte do governo federal, a Presidência poderia efetuar uma “intervenção federal” ao invés de invocar GLO. O General defende que deve haver maior cooperação e integração entre vários órgãos de segurança pública de vários estados. Sobre a criação de uma Guarda Nacional, apresenta que não se poderia criar uma para ficar vinculada ao Ministério da Justiça, pois poderia ser manipulada politicamente. Se for decidido criar, ela deveria ficar sob a tutela do Ministério da Defesa.

Prof. Paulo Visentini

Sobre o Chile, historicamente o país tem uma visão própria sobre integração. Possui uma postura individual um pouco receosa de se engajar em mecanismos de integração plena na América do Sul, ainda que participe amplamente da cooperação. Um aspecto interessante é que as Forças Armadas chilenas

são bastante preparadas que possuem recursos constitucionalmente garantidos para o financiamento.

C Alte André Novis Montenegro

Sobre os meios necessários para a Marinha, hoje há uma discussão interessante no MD que se inicia nos cenários que irá redundar no Planejamento de Força e no Plano de Articulação e Equipamento de Defesa

(PAED). Dentre os projetos prioritários hoje são o Programa de Submarinos (Prosub), as corvetas Tamadaré, o SISGAAz etc. Destacou o arrasto tecnológico do Prosub e a natureza dual (civil-militar) da tecnologia produzida. Por fim, ressalta a importância de se construir uma “mentalidade marítima”.

Referência

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB. Entorno Estratégico e Segurança nas Fronteiras. **YouTube**, 20 Set 2017. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=p3OwKKVyiWY>>. Acesso em: 30 out. 2017.